

11.abril.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Professoras Doutoras Ana Isabel Buescu e Maria Filomena Molder**
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Professores Doutores Teresa Cadete e José Pedro Serra
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

Assunto: **Acordo Ortográfico**

Exposição: O deputado Carlos Enes (PS), Coordenador do Grupo de Trabalho, deu as boas vindas aos presentes e solicitou-lhes que expusessem a sua posição sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a sua aplicação.

Maria Filomena Molder informou que é professora de Filosofia e referiu-se à filosofia da linguagem, salientando que as palavras existem porque são usadas. Tendo subjacente a palavra *Acordo*, questionou se a ortografia é uma mera convenção e discordou dessa posição, referindo que tem um valor simbólico e que a imagem visual duma palavra é tão importante como a sua ortografia. Referiu depois a decisão do Governo de 2011, de aplicação do AO, e salientou que concorda com a criação do Grupo de Trabalho e louva a realização do debate.

Defendeu a necessidade de repensar a situação e discordou de se seguir o Brasil e da chamada decisão com base na política da língua. Indicou que a pretensão de se fazer um relatório, após uma reunião internacional, com uma única grafia, não é alcançável, considerando que se trata de uma falácia do Acordo. Salientou ainda que o critério da pronúncia é um desastre, dando o exemplo de várias palavras.

José Serra fez uma referência inicial a duas notas, uma de teor político, indicando que não obstante os vários problemas económicos e financeiros da atualidade, a população continua a contestar o Acordo Ortográfico e outro de teor científico, realçando o facto de já se estar numa fase de aplicação do AO.

Em termos de comentário, enfatizou a pretensão de uma única ortografia, indicando que as diferenças são de grafia e de sintaxe e que se gerou o caos ortográfico. No âmbito do aspeto científico, referiu que a língua portuguesa já está longe da sua origem etimológica e o AO ainda a afasta mais e bem assim que na ortografia atual verifica-se o desnorte em relação, por exemplo, à retirada ou à manutenção do *p* e do *c*.

Teresa Cadete fez uma intervenção com base num documento, disponibilizado na [página da Comissão, na Internet](#), referindo, em síntese, que o AO não atinge os objetivos de unificação e simplificação da língua, os meios disponíveis não permitem a correta aplicação do mesmo e o prestígio internacional português diminui com a nova ortografia. Em consequência, propôs a

suspensão ou a desvinculação em relação ao AO e considerou-o como engenharia da língua que nunca irá funcionar.

Ana Isabel Buescu indicou, em síntese, várias razões para a anulação do AO, a saber: houve uma precedência de critérios de natureza política e económica (com grandes negócios subjacentes), o AO é um ato de indevido do poder político (tendo sido assinado apenas por 2 países), verifica-se uma imposição de natureza política sobre a língua, há uma imposição do português do Brasil, existe uma falta de consciência histórica (ao não considerar que as línguas são organismos vivos), regista-se a destruição da norma ortográfica (através de um sem número de facultatividades), instauração do caos ortográfico, efeitos devastadores no ensino, falência do argumento da unificação ortográfica, não há unificação linguística dos 8 países, perda de identidade histórico-linguística, desaparecimento do português europeu dos leitorados e universidades estrangeiras com ensino de português, desaparecimento do português europeu da BBC e expectativas defraudadas, nomeadamente das editoras.

Assim, apela a uma nova reflexão e votação, em que se atenda apenas ao interesse da língua portuguesa (a documentação entregue está disponibilizada na [página da Comissão, na Internet](#)). Entregou ainda um dossiê, em suporte de papel, sobre o Acordo Ortográfico.

Interveio depois o deputado Miguel Tiago (PCP), referindo que o PCP reconhece a movimentação que se verifica sobre a temática, entendendo que se justifica o debate, razão que motivou a constituição do Grupo de Trabalho. Esclareceu que o PCP nunca votou a favor do AO e tem uma posição aberta, em relação à sua manutenção ou não, tendo as mais consolidadas dúvidas sobre o mesmo.

Referiu que a língua também é um elemento de natureza afetiva, realçou o desaparecimento da norma em relação à grafia, entendendo que a língua deixa de ser democrática, só ficando acessível às elites e salientou que o AO não afirma a língua portuguesa no mundo.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) realçou a separação entre os argumentos políticos e académicos em relação ao AO e indicou que o Grupo de Trabalho tem ouvido muita gente a favor e contra.

A deputada Rosa Arezes (PSD) agradeceu as exposições e referiu a existência de muitos argumentos a favor e contra e o facto de a unificação não estar a ser seguida.

Por último, os Professores referiram entender que a introdução do AO nas escolas é feita com pressão perante os professores, identificaram vários escritores brasileiros que estão contra o mesmo e indicaram que em vez do Acordo deve haver um maior intercâmbio com o Brasil, a vários níveis. Ironicamente, distribuíram um despacho de 8/4/2013 do Ministro de Estado e das Finanças em que não se aplica o AO.

A documentação da audição e a gravação da mesma, estão disponibilizadas na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 11 de abril de 2013

A assessora
Teresa Fernandes